



## BOLETIM DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Fevereiro 2022

### Apresentação.

O Boletim de Administração Pública Municipal é uma publicação da Fiorilli Software Ltda. Destinado à Administração Municipal é uma publicação informativa que abrange as normas de direito público e dá orientação quanto aos procedimentos a serem observados em diversos ramos de atividades relacionadas a gestão dos negócios públicos municipais.

### Artigos desta edição.

#### Volume III - Doutrina

##### 01 - Direito Municipal

236 - Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria Municipal: Prazo. (*Vicente Augusto Baiochi*).

##### 02 - Artigos

462 - Hipocrisia Derrotada: A Lei nº 14.230/21. (*Ivan Barbosa Rigolin*).

463 - Presunção de Inocência, Princípio Indispensável. Narrativa não é Direito. (*Ivan Barbosa Rigolin*).

464 - Licitação. Princípio do Formalismo x Princípio da Razoabilidade. A Proposta mais Vantajosa para a Administração. (*Gina Copola*)

#### Volume IV - Práticas de Contabilidade

##### 01 - Orientação Técnica

773 - Bens semoventes - destinação/desfazimento. (*Prof. Gerson dos Santos*).

774 - Recebimento de materiais x Unidades de fornecimento. (*Prof. Gerson dos Santos*).

775 - ECPASP 74 - Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público. Ajustes de Exercícios Anteriores. (*Paulo Henrique Feijó*).

776 - ECPASP 75 - Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público. AJEA - Retificação de Erros e Mudanças de Políticas Contábeis. (*Paulo Henrique Feijó*).

777 - AFO 2020 22 - Lei Orçamentária Anual (LOA). Ressarcimento, Estorno da Despesa, Própria e Vinculada. (*Paulo Henrique Feijó*).

778 - EDCASP 22 - Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. EDCASP. Balanço Patrimonial - Parte 2. (*Paulo Henrique Feijó*).

779 - Série LRF 20 Anos - 15 - Transferências Constitucionais. Fundos de Participação dos Estados. (*Paulo Henrique Feijó*).

780 - Série ERF 14 - Variações Permutativas e Modificativas da Dívida Líquida. (*Paulo Henrique Feijó*).

##### 02 - Legislação Aplicada

460 - Orientações e Exemplos de Boas Práticas na Elaboração de Notas Explicativas. Apresentação Ordenada e Sistematizada. (Texto 3). (*Francisco Glauber Lima Mota*).

461 - Mais servidores nos 70% do Fundeb – o que prevalece? a anualidade orçamentária ou a data de publicação da Lei 14.276/2021? (*Flavio Corrêa de Toledo Junior*).

### Especiais:

**Observação:** A substituição de matérias tem como objetivo a atualização do assunto tratado na mesma matéria anterior ou a substituição do assunto tratado na matéria anterior que tornou-se obsoleto.

### Distribuição.

As matérias dos volumes I a VI são remetidas exclusivamente aos assinantes do Boletim, enquanto que as matérias do volume VII (manuais e orientações de suporte), destinam-se apenas aos clientes de softwares da Fiorilli Software Ltda. Informações e assinaturas do Boletim podem ser obtidas pelo telefone 0xx17 3264 9000. Fiorilli Software Ltda.





## Notas e Informações

### Comunicados - Fiorilli Software

#### INFORMATIVO

#### PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Informamos a todos os clientes e usuários dos sistemas informatizados da Fiorilli Software que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), instituído pela Lei nº 14.133/2021 – a Nova Lei de Licitações, foi lançado no dia 09 de agosto, pelo Governo Federal.

A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 54 e § 1º, define a obrigatoriedade de divulgação dos avisos de licitações e outros instrumentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do respectivo ente, e destacamos que possuímos sistema informatizado completo para gerenciamento, certificação, validação, implantação, criação da imprensa e veiculação de Diários Oficiais.

O PNCP foi instituído pela nova lei de licitações e, conforme artigo 174, é destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei, sendo que para os municípios com até 20.000 habitantes, fixou-se o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação, para cumprimento.

Desta forma, oportunamente entramos em contato com os responsáveis no Governo Federal e acompanhamos reunião junto a servidores e integrantes daquela esfera acerca do desenvolvimento do PNCP e ficamos no aguardo de liberação de layouts e orientações para integração.

Com a liberação da primeira versão do PNCP e do guia para integração de sistemas, nosso departamento de programação tomou ciência e procedeu com análises e implementações do necessário.

Atualmente, solicitamos nos canais competentes as chaves de acesso para o ambiente de homologação, sendo que, até o momento, ainda não obtivemos retorno, portanto, ainda estamos no aguardo. Esse procedimento se assemelha ao que fizemos com a integração do sistema na Plataforma+Brasil, quando da regulamentação do Pregão Eletrônico.

Bálsamo, 12 de dezembro de 2021

Fiorilli Software Ltda.



## Programação de Cursos e Treinamentos 2022

Considerando a situação atual de diminuição das restrições da pandemia, passamos a fazer treinamentos presenciais na sede da empresa. Agendar com a Jamile pelo telefone (17) 3264.9000

Todos os eventos online, cursos, treinamentos e comunicados podem ser consultados diretamente no site da Fiorilli Software através do link: <https://portal.fiorilli.com.br/event-list/> ou na tela inicial do SCPI.

A partir de março retomaremos a agenda de eventos presenciais, geralmente nas últimas sextas-feiras do mês, desde que sejam possíveis face as restrições da pandemia.

No trabalho, em home office, usando o computador, notebook ou até mesmo no celular é possível assistir e participar desse treinamento.

Obs.: A transmissão é feita pelo Youtube. Caso não consiga acessar o link acima comunique a área de suporte técnico do Órgão.

Informamos que a **12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais** foi republicada nesta data para fins de atualização da referência à Lei de Improbidade Administrativa, alterada pela Lei nº 14.230, de 2021.

Foi disponibilizada ainda a síntese de alterações dos mapeamentos, com as principais mudanças ocorridas em relação ao exercício de 2021.

A versão atualizada do MDF, a errata e a síntese de alteração dos mapeamentos podem ser acessadas no Tesouro Transparente (link: <https://tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/40050>).

### PADRONIZAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS: O QUE VOCÊ PRECISA SABER E NÃO TE CONTARAM.



**CURSO ON-LINE (ZOOM) COM INTERAÇÃO DIRETA COM O PROFESSOR PAULO FEIJÓ**

Data de Realização: 21/02 e 22/02/2022 – Das 18h às 21h – CH – 6h

**Principais Objetivos**

- Identificar conceito, princípios, características e os impactos na abertura de créditos adicionais;
- Compreender a **ESTRUTURA DA NOVA CODIFICAÇÃO** da fonte de recursos;
- Apresentar proposta de controle por grupo de fonte de recursos (exercício ou exercícios anteriores) quando do encerramento do exercício;
- Mostrar exemplos de uso inadequado do controle por fonte de recursos.

Realização:  **Inscrições pelo site: [www.gestaopublica.com.br](http://www.gestaopublica.com.br)** Patrocínio 

### Material Didático Incluso



Interação direta com o Professor e co-autor do livro:  
**Paulo Henrique Feijó**



**LDO E ELABORAÇÃO DO ANEXO DE METAS FISCAIS (AMF)**

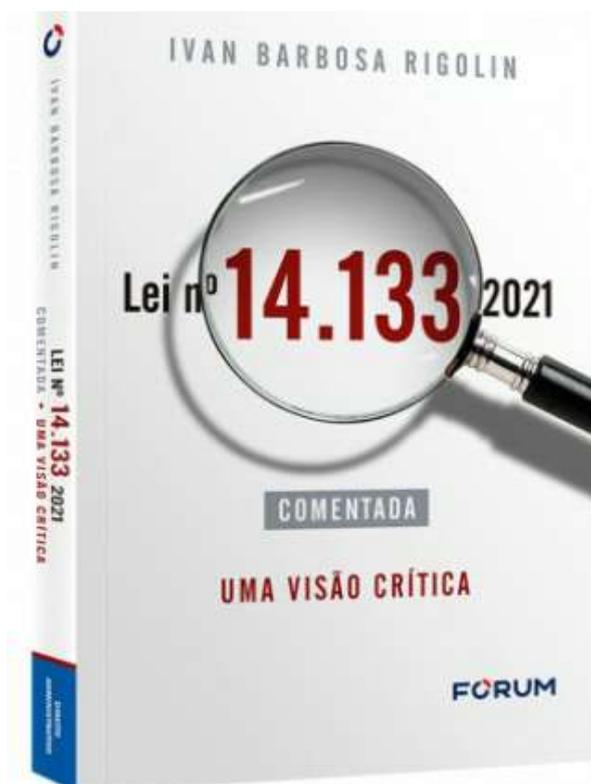
Curso On-Line - Via Plataforma digital (Zoom)  
Prática de Elaboração do AMF por meio de Planilha Excel

**Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os Demonstrativos Fiscais do AMF**

- Teoria e Prática de Resultados Fiscais.
- Aprenda a compatibilizar os resultados fiscais acima e baixo da linha segundo as regras do MDF.
- Entenda a compatibilidade do PLOA com o AMF conforme exigência da LRF.
- O aluno leva a planilha que ajuda a elaborar o AMF.

**Período de Realização: 14/03 a 18/03/2022**  
**Inscrições pelo site: [www.gestaopublica.com.br](http://www.gestaopublica.com.br)**

Realização:  Patrocínio 



### **LEI Nº 14.133/2021 COMENTADA - Uma visão crítica**

Área específica: Direito administrativo

Áreas afins: Direito constitucional, civil e público

Público-alvo/consumidores: Servidores públicos, advogados, juízes, promotores e estudantes.

Esta é a visão crítica da Lei nº 14.133, de 2021, em comentários artigo por artigo, do autor que jamais escreveria comentários desprovidos dessa análise. Não lhe parece suficiente nem que atenda a expectativa simplesmente desfilarmos os componentes da nova lei com toda comodidade e sem nenhum comprometimento com a sua constitucionalidade e juridicidade ante os diplomas que toda lei precisa observar. Não é porque emana da União que uma lei goza de pressuposição de legitimidade dentro do ordenamento que passa a integrar contra todas as lições acadêmicas de que o ato administrativo tem presunção de legalidade e de legitimidade. Neste momento da história do país, isso não traduz a verdade, e é preciso apontar, ao lado das virtudes a enaltecer, os defeitos, as imperfeições e as falhas de toda natureza que acaso existam na legislação que se edita.

Foi essa a tentativa do autor.

#### **Ivan Barbosa Rigolin**

Advogado administrativista graduado pela Universidade de São Paulo. Ex-professor universitário, consultor, parecerista e autor de 12 (doze) livros próprios sobre os temas das licitações e contratos, dos servidores públicos, de bens e serviços públicos, parcerias do poder público e outros assuntos de direito público. Coautor de cerca de duas dezenas de livros. Articulista com mais de mil e quinhentas publicações de artigos sobre vasta gama de temas publicísticos.

#### **Disponível para venda na Editora Forum:**

<https://loja.editoraforum.com.br/lei-no-14-133-2021-comentada>



A Gestão Pública Editora e Treinamentos apresenta sua coleção de livros direcionados para a compreensão da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. As obras são escritas e estruturadas com uma das melhores didáticas de ensino do mercado, para fazer você compreender e fixar os conhecimentos neste ramo contábil.

